

**Energia** Pedidos incluem barcos, gado, internet e pista de pouso asfaltada

# Índios surpreendem com longa lista de compensações

**André Borges**  
De Brasília

Amarok, Hilux, L 200, F 4.000, caminhões, carros de passeio, ônibus, motos, barcos, contas gordas no banco e mais 1,3 mil cabeças de gado — de preferência, 500 delas da raça Nelore. O **Valor** teve acesso às listas de pedidos que as tribos indígenas apresentaram esta semana à diretoria do consórcio Norte Energia para liberar a construção da hidrelétrica de Belo Monte. As reivindicações dão uma boa dimensão do problema que o governo e os empreendedores da usina terão de administrar para convencer os índios que, agora, está na hora de passar a cuidar de suas roças de milho e mandioca, da pesca, das crenças e do artesanato.

O que os índios das 12 terras indígenas localizadas na área de influência de Belo Monte, no Xingu, apresentaram à Norte Energia é uma relação de compras que tem mais de 500 anos de distância daquilo que os empresários e o governo pretendem entregar às aldeias da região, como forma de minimizar os impactos causados pela usina.

O **Valor** fez uma compilação dos principais pedidos. Somadas as listas, são nada menos que 40 picapes, com o detalhe de que todas devem ter tração nas quatro rodas, direção hidráulica e ar-condicionado. Para lidar com a plantação, as tribos querem 23 tratores de diferentes modelos e mais 20 barcos com cobertura e motor para poder transitar pelo Xingu. Ainda no quesito transporte, enumeram a necessidade de 12 micro-ônibus com capacidade de 20 pessoas em casa, nove ambulâncias e três motos. Para receber aeronaves, três aldeias exigem a construção de pistas de pouso asfaltadas. Todas cobram estradas devidamente pavimentar até Altamira, principal município da região.

Na moradia, nada de ocas ou palhoça. Os índios pedem 303 casas de alvenaria, todas com banheiro interno, infraestrutura de saneamento e energia elétrica, que deve ser gratuita enquanto durar o empreendimento. A ga-

rantia de comunicação entre as aldeias deve ser feita com a instalação de 12 antenas de telefonia celular e internet sem fio, tudo para suportar centenas de computadores portáteis e de mesa que também constam na lista.

A pecuária não ficou de fora da lista. As aldeias pleiteiam quase 1,3 mil cabeças de gado e especificam que 770 delas devem ser de gado leiteiro e 520 da raça Nelore. O lazer também faz parte da relação. Na aldeia Mrotidjam, da terra indígena Xikrin do Bacajá, por exemplo, os índios querem a reforma do campo de futebol gramado, com instalação de iluminação e travessias novas no gol, além de 30 freezers.

Finalmente, cobra-se a abertura de uma série de contas bancárias em nome de cada aldeia. Os

pedidos de depósito variam entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões para cada uma delas. Em algumas tribos, é exigido o pagamento de três ou quatro salários mínimos por mês para cada família indígena do local, valor a ser pago enquanto a água de Belo Monte for convertida em energia.

Em entrevista ao **Valor**, Sheyla Yakarepi Juruna, líder da aldeia Boa Vista KM 17, localiza na região, diz que todos os pedidos são justos e que é até pouco em face dos prejuízos que o empreendimento irá causar para o seu povo. “Até hoje o que fizeram foi dar migalhas para o nosso povo. O consórcio e o governo prometeram a ampliação da demarcação de nossa área, mas não fizeram nada. Ninguém está cumprindo com as condicionan-

tes que assumiu”, comenta.

Perguntada sobre a necessidade de tantos carros para transporte, Yakarepi Juruna diz que será a única forma de os índios se locomoverem após a implantação da usina. “O rio vai ficar difícil de navegar em muita parte. É claro que a gente precisa dos carros”, argumenta.

A líder da aldeia Boa Vista KM 17 diz que irá se juntar ao grupo indígena que há seis dias paralisa as obras do canteiro Pimental, uma das frentes de trabalho de Belo Monte. “Tem mais índio chegando. Nós vamos unir o nosso povo. Temos que ser ouvidos.”

Pelos números da Fundação Nacional do Índio (Funai), há cerca de 10 mil índios na região de Altamira que serão atingidos pela hidrelétrica. Nos cálculos da Norte Ener-

## Compensação indígena

Alguns pedidos que foram apresentados para o consórcio Norte Energia

<b>770</b> cabeças de gado leiteiro	<b>20</b> barcos com cobertura e motor (voadeiras)
<b>520</b> cabeças de gado nelore	<b>9</b> ambulâncias
<b>303</b> casas de alvenaria com banheiro interno	<b>12</b> torres de telefonia celular e internet sem fio
<b>40</b> picapes com ar-condicionado, tração nas quatro rodas e direção hidráulica	<b>1</b> pista de pouso asfaltada em cada aldeia
<b>23</b> tratores	Indenização perpétua com pagamento de pelo menos três salários mínimos para cada família indígena afetada
<b>12</b> microônibus com capacidade para 20 passageiros	Abertura de conta corrente em nome das tribos com indenizações que variam entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões

Fonte: Aldeias / elaboração própria

gia, porém, esse contingente é de 5.500 índios. Amanhã, deve ocorrer uma reunião em Altamira com representantes da Norte Energia e da Casa Civil, com a propósito de por um ponto final no conflito.

“Essa situação nada mais é que a colheita daquilo que o próprio go-

verno plantou”, diz Cleber Buzatto, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “Foi o governo que cultivou a dependência do índio. A Funai assinou embaixo e deu anuência para Belo Monte contrariando pareceres dos próprios técnicos da fundação. Agora, não sabe o que fazer para resolver o problema.”

O **Valor** procurou o diretor do Departamento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, Aloysio Guapindaia, para comentar o assunto, mas ele não quis se pronunciar.

A Norte Energia informou que não vai atender as listas de pedidos apresentadas pelos índios. O consórcio alega que trabalha nos detalhes de seu Plano Básico Ambiental (PBA) indígena, o qual foi acertado com a Funai e que, segundo o consórcio, foi objeto de audiências públicas em cada uma das 28 aldeias que habitam a região. Os índios, no entanto, insistem que o PBA não foi discutido e que desconhecem as propostas da empresa. Segundo a empresa, o PBA agrupa um conjunto de 320 ações divididas em dez programas de apoio a serem executados durante cinco anos. O **Valor** apurou que as medidas devem custar cerca de R\$ 250 milhões à Norte Energia.

A empresa garante que o plano passa a valer a partir do mês que vem. Trata-se, basicamente, de um “conjunto de medidas de apoio e fortalecimento da cultura indígena”, segundo os empreendedores. A crise com os índios é que, com o início do PBA, sai de cena a partir de setembro o pagamento mensal de R\$ 30 mil que cada aldeia vinha recebendo há dois anos.

## Até maio, JSL soma R\$ 913 milhões em novos contratos

### Logística

**Beatriz Cutait**  
De São Paulo

A JSL anunciou ontem à noite que fechou R\$ 913 milhões em novos contratos, nos primeiros cinco meses do ano. Apenas três clientes respondem por cerca de 60% do total dessa receita.

O volume será capturado em um prazo de até oito anos, sendo 74% nos primeiros cinco anos. De janeiro a maio de 2011, a empresa havia conquistado aproximadamente R\$ 1,13 bilhão em novos contratos.

“Conforme estamos vendo nos primeiros cinco meses, o mercado não está da maneira como todo mundo esperava, mas andando e funcionando. Não há nenhum caos instalado em lugar nenhum. O Brasil segue crescendo, as empresas continuam com necessidade de serviços e produzindo”, afirmou, ao **Valor**, o presidente da JSL, Fernando Simões.

A empresa de logística estima que, apenas em 2012, serão gerados R\$ 92 milhões de receita com os novos contratos fechados nos cinco primeiros meses do ano e, em 2013, devem ser mais R\$ 210 milhões. Para 2014

a estimativa aponta R\$ 172 milhões e, em 2015, mais R\$ 144 milhões. A expectativa é uma receita de R\$ 136 milhões em 2016. Entre 2017 e 2022 serão mais 160 milhões no total.

Do valor deste ano, 53% foi negociado junto a clientes preexistentes (o chamado “cross selling”), que haviam representado fatia de cerca de 88% nos novos contratos fechados em igual intervalo de 2011.

A distribuição setorial também mudou. No acumulado deste ano, o setor de papel e celulose respondeu por fatia de 30% nos novos contratos; mineração, por 22%; químico, por 20%; agricultura, por 14%; e outros, por 14%. Já de janeiro a maio de 2011, a agricultura teve a maior participação, com 46%, seguido de siderurgia (16%) e mineração (13%).

A área de serviços dedicados responde por 70% da receita gerada pelos novos contratos de 2012 e gestão e terceirização, por uma parcela de 29%.

As novas negociações exigirão da JSL investimentos da ordem de R\$ 250 milhões, que deverão ser realizados ainda neste ano. Segundo o presidente da companhia, 80% serão dirigidos para equipamentos.

## Siderúrgicas retomam otimismo

### Aço

**Ivo Ribeiro**  
De São Paulo

O setor siderúrgico brasileiro vislumbra um cenário mais promissor no segundo semestre, resultante de medidas de incentivo ao consumo, como redução do IPI na venda de automóveis, e benefícios para a construção civil — maior prazo para financiamentos na compra da casa própria.

O Instituto Aço Brasil previu ontem que as vendas internas do ano, com melhor desempenho a partir de julho, deverão obter expansão de 7,1% em relação a 2011. A expectativa é atingir volume de 22,95 milhões de toneladas por meio das usinas locais. Esse número, no entanto, é ainda inferior ao previsto no fim do ano passado para 2012.

De janeiro a junho, a previsão da indústria do aço, reunida desde ontem em São Paulo em um congresso que discute até amanhã questões cruciais do setor, é de alta de 1,8%. A demanda seguiu a depressão industrial até agora. O volume previsto é de 11,1 milhões de toneladas em relação ao mesmo período de 2011.

Para o consumo aparente, que soma venda interna mais importações, a estimativa é de terminar junho com 12,9 milhões de toneladas, alta de 2,4%. Com a melhoria da segunda metade do ano, a entidade projeta acréscimo de 5,4%, atingindo 26,4 milhões de toneladas.

Segundo Marco Polo de Melo Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, o setor vive um cer-

**André Gerda, presidente do conselho-diretor do Instituto Aço Brasil, alerta sobre a entrada indireta de aço no país**

to alívio na questão das importações diretas de aço, que deverão cair 3,8% no ano. “Isso se deve à alta do câmbio”, destacou, lembrando que o fim da “guerra fiscal” nos portos, que contava com benefícios de governos de vários Estados, só vai surtir efeito a partir de janeiro. Havia um desconto de 9% no ICMS.

A entrada do material importado no consumo interno foi de 16,5%, na média, nos aços planos (chapas grossas, laminados e zincados) e de 14,3% nos produtos longos, como vergalhões e perfis, no período de janeiro a maio, informou a entidade.

Não preocupa apenas o aço que entra diretamente, alerta o setor. O material que chega indiretamente, contido em máquinas, automóveis, autopeças, equipamentos e bens de linha branca, é um item que continua a preocupar. A previsão, após leve queda, é de 4,8 milhões de toneladas neste ano, com saldo negativo de 2,07 milhões de toneladas.

“Por conta disso, a desindustrialização do país é evidente”, ressaltou André Gerda, presidente do conselho-diretor do Instituto Aço Brasil e principal executivo do grupo Gerda. Ele men-

cionou, por exemplo, que no setor automotivo, no período de 15 anos, a participação das importações no consumo aparente na cadeia automotiva passou de 8,9% para 18,3%. E da mesma forma em vários outros setores industriais.

O Brasil, nono maior produtor mundial de aço, com risco de perder essa posição para a Turquia neste ano, deverá produzir 36 milhões de toneladas de aço bruto em 2012, com aumento de 2,2% sobre 2011, mas abaixo das 37,5 milhões de toneladas projetadas em dezembro pela própria entidade.